

Maciel articula acordo para não mudar mandato

Arquivo

Senado quer a Câmara trabalhando

Silvio Donizeti

O PFL, PDS e a ala moderada do PMDB no Senado querem dar como consumada a aprovação do projeto de resolução, a ser votado na próxima terça-feira, que prevê o funcionamento daquela Casa, três vezes por semana, durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, com o objetivo de forçar a Câmara a adotar o mesmo procedimento. Assim, a tese da Constituinte soberana, defendida pelas esquerdas, seria definitivamente sepultada.

Com o funcionamento de Câmara e Senado e a supressão do parágrafo sete do artigo 57 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao projeto de Regimento Interno, que também deve ser votado na próxima terça-feira e pode viabilizar a redução do mandato do presidente, o Palácio do Planalto teria, praticamente, todas as garantias de que a Constituinte não poderia tomar a iniciativa de encurtar o mandato de José Sarney antes da promulgação da nova Constituição, quando devem ser baixadas as disposições transitórias e finais da Constituinte.

O funcionamento das duas Casas Legislativas, mesmo que por três dias na semana, teria o objetivo também de esvaziar a Constituinte, levando para o Congresso Nacional temas como a revogação do chamado entulho autoritário. A diferença é que para o Congresso aprovar qualquer emenda constitucional são necessários os votos de dois terços dos 559 parlamentares, no mínimo, um quorum considerado altíssimo.

Esvaziamento

A aprovação do projeto de resolução do Senado seria o segundo e decisivo passo dos senadores visando a acabar com a tese da Constituinte exclusiva. O primeiro foi quando o Senado se antecipou à própria Constituinte e elegeu a sua Mesa Diretora, na manhã do dia primeiro de fevereiro, data da instalação da Assembléia.

No dia seguinte, a Câmara teve que eleger a sua Mesa, quando havia um forte movimento dentro do PMDB pelo funcionamento exclusivo da Constituinte. Durante os trabalhos da Constituinte, as duas Casas seriam convocadas apenas em caráter extraordinário.

Restará à Assembléia Constituinte concentrar-se apenas na elaboração da nova Constituição, caso a ala moderada do PMDB, com o apoio do PFL e PDS, aprove os projetos de resolução prevendo o funcionamento de Câmara e Senado, durante os trabalhos da Constituinte. A aprovação de projeto de resolução é feita pelos votos da maioria simples, ou seja, metade mais um dos presentes em plenário. Ao mesmo tempo em que este grupo pretende aprovar o projeto, eles estão trabalhando também para suprimir, do artigo 82 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, a expressão «em caráter extraordinário», que condiciona o funcionamento de Câmara e Senado ao exame de matéria de urgência e de relevante interesse nacional, durante as atividades da Constituinte.

Até a próxima terça-feira, os dois grupos na Constituinte — moderados e progressistas — estarão trabalhando para vencer a batalha do projeto de resolução. Segundo o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), até a votação do projeto e do substitutivo, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deverá encontrar uma fórmula que resguarde a importância dos trabalhos da Assembléia, e o «rito» de atuação das duas Casas do Parlamento.

Recife — O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel afirmou ontem que o PFL e o PMDB, vão agir articuladamente para manter o mandato de seis anos do presidente Sarney, considerando esse assunto como definido «já que está previsto na Constituição em vigor». Ele admitiu que já está trabalhando nesse sentido junto aos integrantes do seu partido e que esse é um momento de afirmação do PFL dentro da Aliança.

Para Maciel, «é óbvio que se poderá dizer que a Constituinte pode alterar o mandato do presidente Sarney mas acho que isso não ocorrerá porque seria desconhecer os direitos públicos: «A Constituinte vai ter que fixar o mandato para o sucessor de Sarney que na minha opinião deveria ser de cinco anos sem direito a reeleição para manter a nossa tradição republicana». Ele negou que existisse qualquer preocupação do Palácio do Planalto com relação ao mandato do presidente «pois ele jurou sobre a Constituição em vigor e essa vai ser cumprida, até porque a Assembléia Constituinte é soberana para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, mas não para alterar a legislação em vigor».

As afirmações do ministro foram feitas no Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco onde compareceu ontem à tarde



para lançar seu livro «Educação e Liberalismo», segundo ele, uma contribuição do seu partido ao tema, para a Constituinte: «Com o livro quero chamar a atenção dos constituintes para o grave problema da Educação no Brasil que deve ser uma das prioridades entre as tantas que o país tem que atender».

Maciel disse também que espera a união de todos os partidos em torno do mandato de seis anos para o presidente Sarney «pois além de ser constitucional, ele vem realizando, com êxito um trabalho sério de conduzir o país nessa fase de transição democrática», voltando a afirmar que quando se convocou a Constituinte, «através da emenda constitucional número 25, ficou claro que ela deveria discutir e mudar a legislação ordinária, permanecendo a Câmara e o Senado funcionando, mesmo com limitações para exercer o poder fiscal que é uma das principais funções do Congresso Nacional».



Maciel quer unir Aliança

Sarney, cauteloso, ampliará a agenda

Preocupado com a falta de apoio parlamentar que permite a existência de quatro projetos de redução do seu mandato para serem examinados logo após o início dos trabalhos da Constituinte, o presidente da República decidiu articular pessoalmente a estabilidade que deseja para seu governo. Sarney decidiu ampliar a sua agenda de quarta-feira para receber o maior número possível de deputados e senadores.

Esse é o dia da semana que Juscelino Kubitschek tradicionalmente dedicava a audiências parlamentares, mas Sarney deseja mais: ele quer, no breve contato propiciado por essas audiências, viabilizar o apoio que Getúlio Vargas articulava por cima dos líderes de partidos políticos. Sarney já confessou a assessores que não acredita na ideologia do político brasileiro, estando mais propenso a admitir que tudo é uma questão de ne-

gociação.

Sabendo negociar, um presidente consegue tudo, acredita Sarney, e é invocando o talento de político experiente que ele ampliará sua agenda de quarta-feira, recebendo o maior número possível de parlamentares. Nessas conversas, como sempre, o presidente discutirá literatura, economia, artes plásticas e até a construção de uma ponte no interior do Piauí, mas nenhum parlamentar deixará mais o Palácio do Planalto sem um pedido para ajudar o governo Sarney na Constituinte.

Embora não queira, com essa atitude, esvaziar o papel do deputado Carlos Santana como líder do governo, o presidente tem dito que não pode deixar entregue apenas a terceiros o papel de negociar a estabilidade do seu governo. E para demonstrar que acredita no trabalho de Santana, ele pediu aos líderes do PFL.

Freire acha que é bobagem

Arquivo

Recife — O deputado federal Roberto Freire, líder do PCB na Câmara, disse ontem, que o mandato do presidente Sarney só pode ser fixado depois que a Constituinte decidir qual o sistema político brasileiro, ou seja, se o país continuará no presidencialismo ou se optará pelo parlamentarismo.

— Antes disso — explicou — «é bobagem ficar discutindo se o presidente cumprirá mesmo seis anos de mandato ou apenas quatro; se o sistema escolhido for o parlamentarismo, por exemplo, essa questão é quase secundária, o que não ocorrerá se o sistema presidencialista permanecer». Ele acha que, adotado o parlamentarismo, o presidente poderá cumprir os seis anos previstos.

Roberto Freire adiantou grande parte da esquerda brasileira, posiciona-se a favor do parlamentarismo. Na sua opinião isso vem facilitando as conversas de bastidores a respeito da idéia: «A esquerda era contra o parlamentarismo na hora em que ele foi implantado durante o governo João Goulart mas agora vem se posicionando a favor por entender que o parlamentarismo dará mais estabilidade ao país».

O deputado afirma que as democracias mais estáveis no mundo hoje adotam o regime parlamentarista. Sobre os Estados Unidos, cujo regime é presidencialista e a democracia



também é estável, ele afirma que trata-se de uma questão especial: «Nos Estados Unidos o regime convive com tranquilidade porque o Parlamento e o Poder Judiciário historicamente funcionam quase independentes, fiscalizando o executivo».

Roberto Freire acredita que o parlamentarismo só não deu certo na época de Jango «porque foi adotado de uma hora para outra, quase como um contra-golpe em função da posição dos militares que não queriam deixar Jango assumir». Citando o caso da Velha República ele afirma que o parlamentarismo evitaria crises: «No Brasil, como o presidencialismo não corresponde a poderes Legislativo e Judiciário também fortes, qual-quer problema enfrentado pelo presidente gera uma crise política que acaba descambando em um regime autoritário».

Mário Covas insistirá na candidatura

Roland M. Sierra
Especial para o JBr

São Paulo — «Na Assembléia Nacional Constituinte o que deve existir é o cimento partidário. A Constituinte pode e deve ter líderes de partidos, mas não de governo e oposição, de Maioria e de Minoria. A Constituinte tem de escrever uma Constituição, que se presume duradoura. Enquanto o governo é por princípio transitório, o divisor de águas não é governo e oposição. O governo dura "X" tempo, não importa quanto, e a Constituição é permanente e reflete o pensamento dos partidos e de seu programa».

Essas foram declarações do senador Mário Covas, ontem à noite, em São Paulo, ao justificar sua decisão de disputar a liderança do PMDB na Constituinte, sem estabelecer concorrência com as lideranças do partido nas duas casas do Congresso, Fernando Henrique Cardoso e Luís Henrique, respectivamente no Senado e na Câmara dos Deputados.

A seu ver, Câmara e Senado não vão ficar em recesso enquanto se elabora a nova Carta, embora defenda o ponto de vista que as duas Casas devam reunir-se apenas para discussão e votação de matérias de importância, inclusive para não permitir que o presidente da República governe por decretos-leis até a promulgação da nova Constituição.

«Por isso — acrescentou ele — eu me coloco como candidato à liderança do PMDB na Constituinte. Nosso partido tem compromissos com o governo e com a «Nova República», numa espécie de Avenida de duas mãos. Na questão da Constituinte, porém, a situação é totalmente diversa. O PMDB tem de atuar em três frentes, simultaneamente: na discussão da Constituição; na responsabilidade de governo e na discussão, enquanto partido, dos problemas do cotidiano do país».

Disse ainda que a escolha do líder na Constituinte deve ocorrer o mais rápido possível, assim que for aprovado pelo plenário o regimento interno e for eleita regularmente a mesa diretora. Lembrou ele que a designação dos peemedebistas para as várias comissões da Constituinte deverá ser uma atribuição da liderança (ainda não escolhida), depois de ouvidos todos os senadores e deputados do PMDB.